

XV Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de julho de 2011, Curitiba (PR)

Grupo de Trabalho 22: Sexualidades, corporalidades e transgressões

“Lá pode ir montada?”

Aids, próteses de gênero e travestis adolescentes

Tiago Duque (UNICAMP)

As possibilidades de construção do feminino e masculino associadas a esfera da sexualidade tem visibilizado múltiplas, e muitas vezes, novas tecnologias corporais. Isso se dá para além da esfera das heterossexualidades. Entre as travestis mais jovens, as possibilidades de construção do feminino têm trazido diferentes e inovadoras implicações identitárias e tornado os corpos mais plásticos à construção e desconstrução do que se deseja para si. Essas novidades não se dão de forma desconectada de padrões e práticas já legitimadas por este grupo, o que contribui para a problematização do que é ser travesti nos dias atuais.

Essa realidade, associada ao contexto atual de parte das tentativas de enfrentamento da epidemia da Aids, tem nos mostrados suas especificidades. A partir de uma etnografia junto de travestis adolescentes de Campinas (SP) e do que o discurso e ações de prevenção às DST/aids tem engendrado nestas identidades e subjetividades, este artigo se dedica a refletir sobre os impactos do HIV-aids e outras DST sobre o imaginário corporal e sexual deste grupo¹.

Montando e (des)montando

Segundo o que pude observar, algumas das características apontadas por diferentes autores e autoras (KULICK, 2008; PELÚCIO, 2007; PERES, 2005; BENEDETTI, 2000; SILVA, 1993 e outros) como formadoras do universo das experiências travestis têm sido transformadas pela experiência de uma nova geração.

Por exemplo, a nova *montagem* dos corpos, isto é, a construção do feminino travesti (BENEDETTI, 2000), tem contribuído para essa mudança. Estas adolescentes têm adiado para um futuro próximo a construção dos peitos, aceitando *bombar* (injetar silicone líquido) apenas nas pernas e glúteos. Esta nova geração de travestis, quando vislumbra um peito para a composição do seu feminino, sonha com as próteses de silicone, o que já ocorria nas gerações anteriores, mas hoje esta tecnologia está mais acessível.

¹ A reflexão presente aqui é parte dos resultados da dissertação de mestrado defendida no Curso de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, em 2009, orientada pelo prof. Dr. Richard Miskolci, cujo título é "Montagens e Desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência".

Devido a esta realidade de espera das travestis pela prótese de silicone, é comum encontrarmos travestis bastante jovens sem peitos, voltando a usar enchimentos; técnica abandonada pela maioria das travestis de gerações anteriores. Este é um dos reflexos das novas tecnologias utilizadas para a construção corporal do “feminino travesti” (BENEDETTI, 2000), o qual já foi associado aos peitos imensos de silicone líquido injetado do estilo *traveção* (“ancas fartas, muito seio, boca carnuda, coxas volumosas” - PELÚCIO, 2007: 107), mas que hoje tem perdido espaço entre as travestis em favor do estilo *ninfeta*, que corresponde às novinhas com “poucas curvas e carnes com o ‘frescor’ de quem acaba de entrar na ‘noite’; muitas vezes, não têm marca de barba; são ousadas em suas performances junto aos clientes” (Ibidem: 52).

Outro fator a considerar é que os próprios argumentos da redução de danos para usuários de silicone líquido e hormonioterapia têm estado presentes nos discursos dessas adolescentes, quando justificam a espera pela prótese de silicone para os peitos². Percebo com isso que, a chamada “dor da beleza”, que justificava a *montagem* dos corpos (BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO 2007), não tem sido mais a mesma. As agulhadas de silicone são substituídas gradativamente pela cirurgia plástica. O uso dos hormônios femininos também tem sido relativizado, afinal algumas adolescentes se sentem femininas mesmo sem aderir a hormonioterapia.

Estas mudanças e permanências reforçam a noção de “feminino travesti” como sendo sempre negociado, reconstruído, re-significado e fluído. “Um feminino que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes apenas esboçado” (BENEDETTI, 2000: 148). É nesse sentido que uso aqui os nomes conforme surgiram em campo, hora no feminino, hora no masculino. As identidades anunciadas também surgem assim, em trânsito e em um processo contextual cheio de significados (muitas vezes um mesmo indivíduo se auto declarando como travesti, drag, gay ou montada, de acordo com o contexto e situação em que estava inserido). Mas uso predominantemente o termo travesti

² A Prefeitura Municipal de Campinas é pioneira, junto de profissionais das áreas médicas e do movimento social campineiro de travestis, na criação de um protocolo para o atendimento a usuárias de hormonioterapia e silicone líquido no Brasil. Apesar da precariedade da implementação desta política pública, o discurso médico a respeito desta temática invadiu os espaços de sociabilidade das travestis, em especial os das mais jovens. Isso ocorre via usuárias do Centro de Referência GLTTB, Centro de Referência em DST/Aids e as intervenções de militantes do Grupo Identidade.

por ele ter sido o mais recorrente e porque as entrevistas me foram dadas a partir de uma metodologia de rede social, onde uma pessoa identificada como travesti adolescente era entrevistada e me indicava outra pessoa que se identificava como travesti adolescente para participar da pesquisa.

Adolescências travestis

A adolescência não é tomada neste estudo somente como um referencial etário fixo e rígido como o do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: pessoa entre doze e dezoito anos em condição peculiar de desenvolvimento (CAMPINAS, 2003)³. Afinal, a adolescência em nossa sociedade “vem se tornando um período cada vez mais longo e mais complexo” (BECKER, 1986: 12), revelando o quão socialmente construída é esta categoria.

Assim, tomo o “ser adolescente” também como um conceito auto-definidor desses sujeitos, atentando-me para a categoria “adolescente” especialmente quando ela era utilizada pelos sujeitos entrevistados para se auto-referir, independentemente das características⁴ comumente apontadas como sendo “desta faixa etária”, ou dos registros legais oficiais, como documentos pessoais ou “fichas” institucionais daqueles que passaram por instituições de “proteção”⁵.

Assim, esta investigação buscou fugir a preconceções socialmente arraigadas sobre a adolescência como período etário em que “naturalmente” predominariam as mudanças e as dúvidas, a ousadia nas decisões ou uma

³ Contudo, entendo, como outros autores (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005 e FELIPE, 2006), que, apesar de criticarmos o ECA por pautar a noção de adolescência como período universal, esta legislação é, ainda hoje, um importante instrumento de garantia de inúmeros direitos e de contraposição às campanhas conservadoras que pregam, entre outras reivindicações, o endurecimento de penas, a redução da idade penal e a implantação de uma política de tolerância zero àqueles sujeitos vistos como “menores infratores”.

⁴ Tais características passam a ser percebidas como uma essência, em que “qualidades” e “defeitos” como rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção passam a ser sinônimos do ser adolescente, constituindo uma “identidade adolescente” (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005: 5).

⁵ Estas instituições compõem a rede de proteção a criança e ao adolescente da cidade de Campinas. São abrigos onde eles são encaminhados e passam a morar até que atinjam a “maioridade” (18 anos) ou sejam re-encaminhado a suas famílias de origem. Comumente vão para estas instituições adolescentes vítimas de violência doméstica, envolvimento com o tráfico de drogas ou que tenham sido retirados das ruas da cidade. Encontrei com alguns destes adolescentes durante o trabalho de campo.

rebeldia particular. Em outras palavras, mais do que apontar contradições próprias daquilo que temos comumente chamado de adolescência, é necessário compreendermos que estas múltiplas experiências corporais e subjetivas são hieraquizadas pelo que temos de sexual, e que isso está posto para todos os sujeitos, independentemente de suas idades e identidades sexuais, e por isso atingem a sociedade contemporânea como um todo.

Evidentemente, há especificidades históricas e culturais que permitem aos adolescentes viverem experiências de uma maneira que outros não viverão, mas não há nada capaz de ser visto como essencial ou natural quando tratamos de sexualidade, gênero e subjetividade. O dispositivo da Aids é tomado aqui como uma oportunidade para ilustrar essa afirmação.

Aids, medo e risco

A aids continua sendo uma temática pertinente na experiência travesti (e gay). No entanto, é visível que muitas mudanças aconteceram, por exemplo, desde 1986, quando, na cidade de São Paulo, em meio às truculentas blitz da polícia, ocorreram sucessivos metralhamentos contra travestis, “atribuídos pelos próprios policiais a supostos doentes de aids querendo se vingar” (PERLONGHER, 1987: 64); ou do período em que “as médicas das travestis eram as próprias travestis” (BÖER, 2003: 69), mas, ainda não foram suficientes para eliminar um risco real diante do HIV, que, porém, não deve ser superestimado. Afinal, as travestis podem morrer por muitas causas, sendo a aids apenas uma dessas causas (KULICK, 2008: 44).

Hoje há novas possibilidades de abordagem deste tema junto às travestis da geração com que convivi. Assim como Pelúcio e Miskolci, inspirados em Perlongher (1987a), compreenderam o discurso preventivo como parte principal do dispositivo da aids, parto do seguinte princípio para analisar os dados da pesquisa de campo:

O dispositivo raramente proíbe ou nega, antes controla e produz verdades moldando subjetividades. No caso da aids, são subjetividades marcadas pela culpa e pela impureza, sintetizadas nos seus desejos tomados como ameaçadores da ordem social (PELÚCIO & MISKOLCI, 2009: 108).

A noção de culpa e de impureza entre as travestis, também geradas por este dispositivo, cria o sentimento de medo diante da epidemia. Afinal, “contrair a doença através da prática sexual parece depender mais da vontade, e, portanto, implica mais culpabilidade” (SONTAG, 1989: 32). Daniele, durante sua entrevista, me disse que o que mais teme é “se contaminar”, “pegar a tia”. Segundo ela, a sua família torce para vê-la “jogada na sarjeta, morrendo de aids”.

O medo de ceder a “práticas sexuais de risco” é presente no discurso de outras travestis adolescentes. Rafaela chegou a dizer que se sente vulnerável à contaminação pelo vírus HIV quando se sente segura. Este paradoxo existe devido ao que aprendeu em oficinas de DST/aids em ONGs e em setores públicos: “Estou vulnerável quando penso que não vai acontecer comigo”.

Saber fazer uma auto-avaliação de suas “práticas sexuais de risco” é marcante entre os adolescentes com os quais convivi. Rodrigo, por sua vez, em um dos encontros comigo, desabafou dizendo que estava preocupado e com medo, porque sabia que tinha “corrido riscos” e poderia ter sido infectado.

Mas, não basta se perceber “vulnerável”. Esta geração pós-aids e com conhecimento da eficiência dos anti-retrovirais, anteriormente denominados de “coquetel”, também precisa saber reconhecer, entre os que convivem, os que estão fazendo “sexo de risco”. Vagner, ao retirar preservativos no Centro de Referência DST/Aids, durante as atividades de prevenção, sempre leva a mais para os amigos, afinal, segundo ele “todos somos vulneráveis”. Esta postura de Vagner garante que o discurso preventivo da aids atinja, ainda com limitações aos olhares das técnicas mais ortodoxas, outros sujeitos “vulneráveis” que não chegam até o serviço de saúde.

Segundo John Gagnon (2006), a idéia de “sexo de risco” evoca muitas visões confusas de indivíduos imprudentes, empenhados em práticas sexuais que expõem a si mesmo e as outras pessoas ao risco de transmissão do HIV. Isso porque o suposto comportamento que produz a aids ainda é encarado socialmente como prova de irresponsabilidade, uma verdadeira espécie de delinquência.

Podemos aplicar essa crítica quando analisamos o discurso preventivo brasileiro, considerando que comumente “quem deve ‘se cuidar’ são

as pessoas identificadas como portadoras de sexualidades que escapam à norma” (PELÚCIO, 2007: 23). Na lógica das “vulnerabilidades específicas”, a própria organização do movimento social LGBT em torno da aids, em especial os gays e as travestis, favoreceu e favorece o discurso preventivo identitário, focado em suas práticas não hegemônicas de sexualidade. Um exemplo dessa interação é a produção do movimento social LGBT e o do Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de DST/Aids, do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH (homens que fazem sexo com homens) e Travestis, com uma agenda afirmativa para Gays e outros HSH, e outra agenda afirmativa para Travestis, considerando que “o reconhecimento das identidades sociais é fator fundamental para a efetividade das estratégias de prevenção ao HIV e DST” (PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO..., 2008: 16).

Assim, sob as justificativas dos dados epidemiológicos entre HSH, as travestis ainda têm sido o foco privilegiado, mas não o único, dos discursos e prevenção, se não em todo o Brasil, pelo menos em Campinas. Isto a partir da justificativa de que

a epidemia entre HSH tem apresentado maior intensidade, estando associada a às relações entre vulnerabilidade e homofobia e aos diferentes padrões de da doença nesse grupo, sendo bastante relevante as taxas de crescimento entre jovens, que, nesta categoria apresentam médias superiores às encontradas em outros grupos populacionais na mesma faixa etária. No caso do seguimento das travestis não há dados epidemiológicos específicos que possibilitem identificar a magnitude ou suas tendências e perfil. No entanto, convém salientar que os contextos de vulnerabilidade entre travestis tais como a violência, as condições das práticas sexuais, acessos aos serviços de saúde e sua inserção social demonstram claramente a precariedade no que se refere à adoção de práticas sexuais seguras (PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO..., 2008: 07).

Ainda que o conceito de “grupo de risco”, e o seu enfoque no fator biológico, no risco e responsabilização individual, não tenha sido mais usado pelo discurso preventivo do movimento social e dos setores governamentais em torno da aids, a noção de “população mais vulnerável”, centrada em um enfoque mais estrutural e contextual, continua estigmatizando este grupo:

O que parece ficar implícito é que as populações consideradas como tendo “maior vulnerabilidade” pelo sistema oficial de saúde são aqueles que em outros tempos foram chamados de degenerados, invertidos, desviantes, entre outros termos que patologizaram comportamentos, hoje encapsulados sob o conceito de “diversidade”. Uma diversidade que, por vezes, parece trabalhar não com a pluralidade, mas na tentativa de homogeneizá-la. Ou ainda, manter cada “tribo” devidamente isolada, monitorada, individualizada, o que permite um sofisticado controle dos corpos e dos comportamentos (PELÚCIO, 2007: 181).

No entanto, entendo a partir do trabalho de campo, que as análises mais estruturais dos contextos de vulnerabilidade também favorecem um investimento governamental no alargamento nas possibilidades de *montagem* dos corpos e vivência das experiências travestis, o que, de certa forma, interfere no sentimento de vergonha e estigma, e, conseqüentemente nas dimensões do risco (WARNER, 1999). Esta forma de interferência governamental é que me parece surgir como inovador nesta rede de adolescentes a que tive acesso.

A aids como dispositivo para a *montagem*

Sugiro a seguir alguns apontamentos que revelam mudanças subjetivas do “ser travesti” que o processo citado acima engendra as experiências das adolescentes com quem convivi durante a pesquisa.

O primeiro apontamento é a respeito do lugar da *montagem* travesti não ter o reconhecimento restrito apenas a espaços não institucionais, ao mercado do sexo ou ligado exclusivamente ao mercado GLS. Nas experiências observadas, a *montagem* adquiriu um status de legitimidade pública institucional. A primeira *montagem* de Vagner, por exemplo, aconteceu no Centro de Referência de DST/Aids, durante a festa de lançamento de um material educativo que ele ajudou a construir, em conjunto com outros adolescentes, com a temática de prevenção às DST/aids. Uma *drag* profissional o ajudou a se maquiar, e uma outra o apresentou ao público. A passagem do espaço governamental para os palcos de algumas boates menos badaladas da região durou poucas semanas. Vagner agora torce para se apresentar nas casas mais renomadas de Campinas e, aos poucos, deixou de

se autodenominar (ainda que com ressalvas) como travesti para se identificar “só como drag”.

Rafaela, Daniele e Gabriela foram *montadas* em várias atividades no Centro de Referência de DST/Aids, inclusive junto de outros públicos que tem sido o foco do discurso preventivo em Campinas, como jovens do HIP HOP e praticantes de Skate. O Centro de Referência de DST/Aids tornou-se um local de experimentação de novas sociabilidades deste grupo de *montadas*, com outros jovens *não-montados*, que pareciam antes, ou mesmo fora deste espaço, segundo elas próprias, uma possível ameaça para algumas das suas experiências enquanto travestis.

Observei também que, às vezes, há interferência das técnicas do Programa Municipal de DST/Aids no processo de *montagem* travesti, inclusive na sua estética e referenciais de feminilidade. Por exemplo, para a Parada do Orgulho LGBT da cidade, o Programa Municipal de DST/Aids, como tem feito nos últimos anos, investiu em 2008 na entrega de preservativos durante esta atividade do Movimento Social LGBT. As ações de prevenção tiveram o seu ponto de destaque em um trio elétrico tematizado, onde travestis puderam desfilar. O tema do trio elétrico era “cinema” e as travestis incorporaram diferentes personagens.

A escolha das personagens não foi necessariamente aleatória para as travestis. Além de possíveis personagens que elas próprias pudessem escolher, houve uma lista para contribuir com as possibilidades da escolha. Assim, Vagner e Gabriela, por terem sido as últimas a procurar as técnicas, ficaram com os últimos nomes de personagens. As roupas também foram feitas dentro do serviço público, a partir da indicação da costureira pelas próprias travestis. Gabriela, depois da Parada, disse que gostou da roupa e que “ficou linda”, mas a das outras brilhavam mais do que a dela, chamaram mais a atenção. Nas palavras dela, “fiquei com a que me sobrou”. Ela foi fantasiada de “a bonequinha de luxo⁶”. E avaliou: “preferia uma roupa mais ousada, com mais brilho”.

⁶ “A bonequinha de luxo” é o título de um filme americano da década de 1960, protagonizado pela atriz Audrey Hepburn. A história é de uma garota de programa que sonha em conseguir um milionário rico para se casar. No mundo da moda e do glamour das passarelas, esta personagem continua influenciando com o seu vestido preto e a cigarrilha. Saber mais em <http://www.adorocinema.com.br/filmes/bonequinha-de-luxo/bonequinha-de-luxo.asp> e <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75784-5856-444-1,00.html>

Gabriela, em uma outra situação, fez uma escolha muito diversa da sua personagem incorporada na Parada. Ela baseou-se em “uma roupa linda”, da cantora Joelma, da Banda Calypso. Nessa ocasião, teve a ajuda da mãe, que lhe mandou a foto por e-mail. Além da roupa, a bota branca também foi escolhida e, ainda que a roupa da “bonequinha de luxo” fosse apropriada para a ocasião, preferiu a outra, em suas palavras, “mais chamativa”. A situação que Gabriela se referia, era o concurso de Miss *Drag Queen* e Mis Transformista, promovido por uma das boates GLS mais antigas da cidade.

Vagner também disse preferir outras personagens, mas assumiu que a sua roupa ficou um “luxo”, a sua personagem foi a Betty Boop⁷. As primeiras personagens a serem escolhidas pelas travestis e as *drags* foram a Madrasta da Braça de Neve, Cleópatra, Madona, Carmem Miranda e Sininho, a personagem de Walt Disney.

Assim, estas experiências de travestis agregam novas referências estéticas femininas em sua *montagem*, referências essas que são muito diferentes daquelas ambientalizadas no mercado do sexo ou nos próprios shows das boates GLS. São feminilidades construídas dentro de espaços governamentais, com verba pública⁸, em nome da “redução da vulnerabilidade acrescida das travestis para o HIV” (PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO..., 2008).

Porém, há uma forma tolerável de *montagem*, a que busca uma imagem que garanta certa respeitabilidade. A *montagem* institucionalizada não pode ser um escândalo, ela precisa ser, antes de tudo, respeitável, “cidadã”. Essa exigência não parte de forma unilateral das técnicas, que criaram regras para a não exposição dos peitos das travestis e o não consumo e bebidas alcoólicas, por exemplo, no trio elétrico do Programa Municipal DST/Aids na Parada de 2008, mas também das próprias *montadas*. Em 2009, no bloco⁹

⁷ Betty Boop é uma personagem polêmica de história em quadrinhos estadunidense produzido na década de 1930. Era uma garota independente e sempre aparecia com decotes e pernas de fora. Assistir em <http://www.youtube.com/watch?v=hHIMyZzNt38>.

⁸ Parte da verba pública que garante ações de prevenção às DST/aids a “populações mais vulneráveis” são definidas no Plano de Ações e Metas do Programa Municipal de DST/Aids, com parceria de diferentes movimentos sociais (LGBT, Negros e Negras, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Pessoas Vivendo com HIV/aids, Religiões Afro, etc). Este plano é enviado ao Programa Nacional de DST/Aids após aprovação do Conselho Local de Saúde do Centro de Referência DST/Aids, e do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.

⁹ O Programa Municipal de DST/Aids possui um bloco de carnaval fundando em 2007, com o objetivo de criar novas linguagens de prevenção às DST/aids durante o carnaval. O bloco reúne parceiros de movimentos sociais, usuários do serviço de saúde e funcionários públicos.

“Samba, suor e saúde – só com camisinha”, as travestis que têm participado das atividades de prevenção em Campinas “se chocaram” com uma outra que se propôs a sair com uma espécie de biquíni do tipo “fio dental”, muito curto e cheio de brilho, escondendo apenas as pontas dos seios e a genitália.

Este “choque” por parte das travestis e estas exigências normativas das técnicas da aids em Campinas corroboram a afirmação de Pelúcio em relação ao trânsito destes sujeitos da *pista* (ruas, avenidas e praças onde se prostituem) para o posto, isto é, espaços formais de saúde:

de fato, para serem cidadãs, elas precisariam mudar: não serem escandalosas, se vestirem de outra forma, se disciplinarem em relação aos compromissos, fazer sexo seguro, submeterem-se a exames periodicamente. Ainda que, seu entorno não mude e a cidadania apareça circunscrita às unidades de saúde, elas devem mudar (2007: 180).

Outro apontamento é sobre a lógica discursiva da prevenção às DST/aids ter se tornado, crescentemente, parte do vocabulário das travestis. Não há somente uma mistura do *bajubá* com os termos técnicos dos profissionais da saúde nem uma pura transposição de sentido e valores destes discursos, mas estes termos são re-significados na lógica do seu universo. Por exemplo, as “ajudas de custo” oferecidas às travestis por participarem de algum projeto de prevenção às DST/aids se tornam “cachês” no linguajar cotidiano das “meninas” – como são chamadas as travestis por várias técnicas do Programa Municipal DST/Aids. Estas “ajudas”, vinte reais, são para as participantes pagarem o ônibus, lanches e outros possíveis gastos da vinda de suas casas até o espaço onde os projetos são realizados. Apesar de todas as explicações e orientações dadas às participantes em relação ao objetivo deste valor financeiro, esta transformação persiste e não é só discursiva, mas também conceitual, afinal, entra em campo uma lógica do “salário”, de “mercado”, da “retribuição”, em oposição ao “auxílio”, a “ajuda”, o “facilitador”, que as caracteriza como aquelas que “precisam”, “dependem”, “esperam”.

As alegorias e fantasias, assim como a das próprias travestis, são customizados dentro do Centro de Referência DST/Aids, com a ajuda de voluntários, usuários e funcionários, possibilitando, mesmo àqueles que não vão compor o bloco, mas estão a espera de atendimento no referido centro, um momento lúdico de convivência.

Não é só o termo “ajuda de custo” que se transforma no universo travesti para tornar-se mais “afirmativo”. As técnicas são reconhecidas como “empresárias”. A lógica da profissional pública qualificada e servidora, abre espaço para aquela que “vende”, que “cuida da carreira”, que “facilita a *montagem*”, que “fomenta o status”, que se responsabiliza como facilitadora do “palco”, e, evidentemente, que “compra”, “paga” e “recebe”.

Há, portanto, como já apontou Pelúcio, uma reinvenção criativa daqueles preceitos técnicos. A diferença é que não me refiro às travestis militantes ou àquelas capacitadas para atuarem na metodologia de “educação entre pares”, mas às próprias usuárias do Centro de Referência DST/Aids que participam dos projetos, sem perfil de liderança ou experiências no movimento social.

Além do apresentado acima, há também uma re-significação dos espaços governamentais, com o trânsito das travestis entre as funcionárias e como funcionárias. Na busca de concretizar a promoção de visibilidade positiva das travestis “junto às instâncias governamentais, serviços de saúde e população em geral, para reduzir as vulnerabilidades que deixam este grupo mais suscetível a infecção pelo HIV” (PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO..., 2008: 29), o Programa Municipal de DST/Aids contratou travestis como funcionárias do serviço público, não apenas como “agentes de campo” - na lógica da “educação entre pares”. Há, portanto, travestis e transexuais integradas na equipe¹⁰.

Devido a esta inclusão, percebi que as adolescentes com as quais convivi veem nessa experiência institucional de trabalho uma possibilidade para também atuarem formalmente, ainda que, como as que já estão empregadas, não necessariamente cogitem o abandono das práticas sexuais no mercado do sexo. Assim, o espaço governamental é visto pelas mais jovens como uma possibilidade de trabalho, que antes era restrito ao universo da beleza feminina (como salões de beleza), ou em alguns casos, como serviços de limpeza em “casas de família”.

¹⁰ A contratação é possível, mesmo sem a existência de concurso público, via convênio que a prefeitura municipal faz com instituições não governamentais. As trabalhadoras contratadas com estes tipos de convênios não tem os mesmos direitos e benefícios que as funcionárias públicas, mas possuem contratação pelo regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), principal norma legislativa brasileira referente ao direito de trabalho, criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Insumos de prevenção: próteses de gêneros

A partir do convívio com Rodrigo, percebi que ele vai, com facilidade, de uma “feminilidade travesti” a uma masculinidade do “tipo michê”. Tanto nas ruas onde os profissionais do sexo masculino atuam como nos espaços de prostituição travesti, Rodrigo conseguia clientes e era muito elogiado pela sua aparência, segundo suas próprias palavras, às vezes “muito masculina”, às vezes “muito feminina”.

Esse trânsito entre ser michê e ser travesti coloca em cheque a “fase de transição” apontada por Benedetti em seus estudos com travestis. Para este autor, este período diz respeito à fase que o sujeito passa no seu processo de construção do corpo “entre o menino e a travesti, quando ele vai experimentando pequenas alterações no corpo, normalmente modificações mais facilmente reversíveis, mas que sirvam para identificação com os atributos do feminino” (2000: 44). Segundo o trabalho de campo desse autor, o sujeito alocado nesta fase seria caracterizado pelas travestis como *bicha-boy*.

Em alguns casos, esta fase é real e ainda prevalece, mas há novas travestilidades que são exatamente esta fase, não vão além dela, permanecem ali e dali se constituem. É algo mais do que a afirmação de Pelúcio de que “o michê de hoje pode vir a ser a ninfetinha de amanhã, deslocando-se no espaço porque o corpo marcado assim o pede” (2007: 59), pois não é um deslocamento linear de um lado em sentido ao outro, mas um constante ir e vir, neste caso, em um espaço físico muito bem delimitado.

Rodrigo, como os outros michês de parte das ruas centrais de Campinas, possui uma forma de seduzir os clientes a partir da exposição do corpo, destacando o pênis ou, quando não é exposto, chamando a atenção dos que passam para esta parte do corpo. Como descreveu Perlongher, podemos pensar, em relação à prostituição masculina, o corpo como sendo parcelado, onde certas partes são ‘separadas’ do conjunto, e especialmente neste caso dos michês, “o objeto destacado é, sobretudo, o pênis” (PRELORGHER, 1987: 163).

O mesmo pode-se afirmar em relação à prostituição de travestis, pois se sabe que o pênis também tem seu valor especial. Mesmo estes universos

sendo tão distintos em relação à estética da composição do feminino e masculino, não deixa de haver similaridades importantes entre eles. Uma delas é o pênis como foco de desejo, o qual será tão mais valorizado quanto maior o for (BENEDETTI, 2000; BÖER, 2003; PELÚCIO, 2007; KULICK, 2008).

A experiência de Rodrigo nestes dois universos de prostituição também revela outra similaridade destes espaços: as redes institucionais e não governamentais que acessam os sujeitos que ali transitam. Afinal, ele era conhecido tanto dos agentes de campo do grupo Identidade que faziam seus trabalhos de prevenção às DST/aids junto aos michês, comumente nas noites de quinta ou sexta-feira, como dos educadores do Programa de Enfrentamento a ESCCA, quando *montado*, nos finais de tardes em uma praça também da região central.

O convívio com estes dois grupos, os militantes agentes de campo e os educadores sociais de rua, me possibilitou a percepção do uso de insumos de prevenção às DST/aids como “estratégia”, no vocabulário dos militantes, ou “metodologia”, no vocabulário dos educadores, para a aproximação, no primeiro grupo, dos “profissionais do sexo”, ou das “vítimas de exploração sexual”, para o segundo grupo. A partir dos insumos de prevenção, é possível refletir sobre michês e travestis, seus signos de feminilidade e masculinidade, e as relações de poder e controle que os cruzam.

A prostituição masculina apresenta-se como um paradoxo, nas palavras de Perlongher:

por um lado, põe em movimento uma fuga desejante que enlaça os corpos (uniões de órgãos, mais que conjugalizações despersonalizadas). Por outro lado, uma diversidade de dispositivos se instaura para controlar, para canalizar, veicular essa eclosão desejante, de modo a evitar, esmagar ou neutralizar os perigos da fuga (1987: 252).

Segundo o autor, estes perigos podem aparecer de diversas formas: “perigo de morte ou de violência corrido pelo cliente, perigo de paixão ou efeminamento vivido pelo prostituto” (Ibidem: 252).

Os michês sabem que os clientes temem possíveis atos de violência que podem partir destes jovens. Isso justificava, por exemplo, a recusa dos tubos (parecidos com tubos de pasta de dente) de gel lubrificante dos agentes

de campo do grupo Identidade. Segundo alguns destes jovens, o insumo poderia ser confundido com algum tipo de arma, como canivete, ao ser colocado no bolso da calça ou bermuda, dificultando assim a aproximação dos clientes. Os michês não carregavam mochilas, bolsas ou sacolas. O único acessório comum entre eles era o boné, colocado às vezes com a viseira para frente e, em outros momentos, para trás.

O boné é um dos elementos que garantem uma aparência masculinizada em outros sujeitos, como os meninos e meninas que vivem nas ruas, estudados por Frangella (2000). Segundo esta autora, as meninas usam boné para não se diferenciarem dos meninos, acreditando estarem assim menos expostas à violência, principalmente, a violência sexual.

No entanto, a violência, por ser constitutiva do paradigma de masculinidade no sistema de oposição binária macho/bicha (ativo/passivo, forte/fraco), é um atributo valorizado e inerente à transição da prostituição viril (PERLONGHER, 1987: 224). A ameaça da violência, em um jogo coerente com um perfil de masculinidade hegemônico, mas contraditório com as expectativas do discurso dos clientes sobre o medo do perigo, está no preço a ser pago pelos contatos com “jovens machos”. Nas palavras de Perlongher, “no seu limite, o desencadeamento da violência está de alguma maneira previsto (e fantasiado) em certa ‘paixão pelo risco’ que emaranha os labirintos no negócio e ronda os discursos dos protagonistas” (Ibidem: 254-255). E acrescenta:

No negócio da “prostituição dos rapazes”, o desejo parece percorrer (agenciar) todas as séries: as séries de idade, as séries de classe, as séries de raça e as séries de gênero. Inventa, exacerba, finge, simula as diferenças entre os parceiros, as exalta – e joga permanentemente com suas dissoluções, com sua confusão, entre a paixão e a morte (Ibidem: 226).

A perspectiva de Perlongher se fundamenta em Deleuze, na sua afirmação de que

o desejo nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações, que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc. (DELEUZE, 1996: 93).

Quando os tubos de gel foram trocados por saches, uma espécie de embalagem parecida com a do preservativo masculino, foi mais aceito, porém também houve resistência por parte de alguns jovens em receber tal produto, por eles terem o insumo relacionado à posição sexual passiva. Os agentes, aos poucos entenderam que, ao aceitar gel, parte dos michês se via associada ao efeminamento, a uma posição sexual e imagem que procuravam negar, o que foi claro, certa vez, quando um dos poucos jovens que aceitou receber o gel em sache, fez questão de afirmar: “Hoje a noite vai ser boa. Vou comer todas as mariconas sem dó!”.

Os mesmos agentes tinham uma outra avaliação deste insumo de prevenção junto às travestis profissionais do sexo. Presenciei inúmeras vezes as travestis elogiarem o gel lubrificante em embalagem de tubo por ser “mais fácil de carregar”, afinal, diferente da “masculinidade viril” dos michês, a “feminilidade travesti” não era composta por roupas com bolsos. Pelo contrário, a vestimenta da profissional do sexo travesti é composta por poucas peças e de tamanhos bastante pequenos e curtos, não tem bolsos; pertences como carteira, celular, documentos e insumos de prevenção às DST/aids são carregados nas bolsas, que eram um acessório unânime entre as travestis. Assim, diziam: “O gel em saquinho (saches) é ruim, fica vazando na bolsa porque a gente não usa tudo, tem que economizar né?”. E mais: “A nossa maquiagem vira uma coisa horrível. Prefiro o de tubo, rende mais e não vaza”. Observei que as bolsas, por menor que fossem, obrigatoriamente traziam um espelho pequeno, batom, e um pó para o rosto.

Assim, através da relação de alguns michês com o gel lubrificante, pude perceber como a “masculinidade viril” destes jovens é mantida sob um constante esforçar-se para que não se deslize e se traia naquilo que se quer construir para si. O discurso e a postura corporal, agregados a um acessório que, neste grupo, é ícone de masculinidade, como o boné, garante a manutenção da imagem viril.

A dedicação à construção da “feminilidade travesti” também é intensa, mas, diferentemente deste perfil de masculinidade, precisa carregar junto de si uma série de produtos que garantam frequentemente o retoque de

cada detalhe. A bolsa agrega o que se precisa para manter-se feminina durante o trabalho.

No caso de Rodrigo, a bolsa e o boné eram usados em momentos diferentes e muito distintos. Eles faziam parte da *montagem* e da desmontagem, ou melhor, da *montagem* enquanto travesti e da *montagem* enquanto michê¹¹. Estas próteses de gênero aparecem em outros sujeitos entrevistados. Rafaela, Daniele e Gabriela nunca foram vistas por mim sem suas bolsas. Vagner e Vivian, por sua vez, no cotidiano, muitas vezes, usavam tanto a bolsa feminina como o boné de cores escuras, borrando estes signos em sua forma de incorporar os femininos ou os masculinos. Contudo, em todas as entrevistas, enquanto *montadas* como travestis, não usavam boné e não abriam mão das bolsas.

Penso prótese de gênero não como sendo uma essência, mas como trânsito. É um efeito múltiplo e não tem uma origem única (PRECIADO, 2002: 166). Por isso, nestes contextos, o formato e o material da embalagem fazem com que o gel se torne também prótese de gênero. “A prótese é um acontecimento de incorporação”, como tantas outras zonas de produção do gênero. “Historicamente, é a única forma de ‘ser corpo’ em nossas sociedades pós-industriais. A prótese não é abstrata, não existe se não aqui e agora, para este corpo e neste contexto” (Ibidem: 168). Neste sentido, Beatriz Preciado afirma que, em nossos dias, todos os gêneros serão protéticos: “a masculinidade e a feminilidade serão termos que designam estruturas históricas (e quiçá caducas) de incorporação” (Ibidem: 168-169)¹².

¹¹ Uso o termo *montagem* relacionado também a uma estética michê, no sentido analítico, considerando que este termo não é usado por estes jovens que compõem a “prostituição viril”.

¹² Um exemplo de próteses modernas de gênero, dado por Preciado (2006), são os banheiros públicos, que fixam e produzem diferenças biológicas entre homens e mulheres, diferenças estas que legitimam os códigos vigentes de masculinidade e feminilidade. Ela afirma que os banheiros públicos masculinos ajudam a manter a postura masculina ereta e pública dos homens, devido o urinário ser construído para que os homens urinem visivelmente em pé. Porém, quando defecam nos banheiros públicos, os homens colocam-se longe dos olhares dos outros homens. Sentados e escondidos quando em seus momentos de abertura anal, parecem protegidos de qualquer tentação homossexual. No caso das mulheres, reproduz-se uma lógica doméstica no meio do espaço público, onde se posicionam sentadas e não visíveis durante o ato de urinar ou defecar. Para esta autora, enquanto os espaços dos banheiros públicos “masculinos” favorecem a experimentação sexual, o espaço dos banheiros públicos “femininos” incentiva as mulheres a se autovigiarem em seus graus de feminilidade heterossexual em que todo o avanço sexual resulta em uma violência masculina.

. Assim, tanto os michês com seus bonés e gel em saches, como as travestis com suas bolsas e gel em tubo são resultados das identidades historicamente “genereficas”, e, ainda aqui, incorporadas também de tecnologias criadas pelo dispositivo da aids

Considerações finais: “Lá pode ir montada?”

Diante das jovens travestis que observei, talvez a valorização da relativização do “estar como mulher 24 horas por dia” seja o que mais tem sido construído de novo nestas experiências subjetivas e identitárias. Essa possibilidade de estar montada e desmontada, sem perder a identidade travesti, ainda que agregando outras, permite o acesso destas jovens a diferentes ambientes e contextos, a espaços e redes vistos como “não-normais” e “normais”, por exemplo, o mercado do sexo, a casa da família e a escola.

Mas, considerando os objetivos propostos, mesmo montadas, conforme a performance, se vai da pista aos espaços governamentais, seja como homenageadas com a possibilidade de desfilarem em um trio elétrico da prefeitura municipal seja como funcionárias públicas, desde que institucionalmente feminilizadas.

Este trânsito em redes “normais” e “não-normais” vai para além da simples “escolha” por este ou aquele espaço, este ou aquele estilo de vida. Como revela Perlongher, são os funcionamentos desejantes no campo social, as linhas de fuga que atravessam o *socius*, que arrastam os indivíduos e envolvem-nos.

Compreendo as redes chamadas de “normais” por Perlongher como sendo aquelas que não fluem das margens noturnas da sociedade, que correspondem a uma temporalidade em acordo com o tempo da família e não exercem atividades consideradas ilegais/ímorais (MISKOLCI & PELÚCIO, 2008).

É sob este foco que o discurso preventivo e as ações de prevenção podem ser vistas e analisadas quando pensadas para este grupo. Assim, não é à toa que a pergunta “Lá pode ir montada?” parece ser uma maneira de mapear para se montar, isto é, se definir pelo lugar e pelo momento,

construindo fluidamente múltiplas possibilidades de se tornar travesti na adolescência, buscando evitar situações de violência, assim como construindo espaços de reconhecimento. Inúmeras vezes essa pergunta foi feita em relação a atividades de prevenção às DST/Aids em espaços governamentais, como a resposta comumente era positiva, fazia-se com que estas jovens sentissem seguras para aproximar e se identificar como femininas.

O que sugere esta entrada ou acolhida das travestis em espaços tradicionalmente não ocupados por elas é que vivemos um momento histórico de transição, aparentemente contraditório e ambíguo, em que elas se inserem em espaços impensáveis para gerações anteriores, mas apenas graças ao desenvolvimento de estratégias em que a manipulação de seus corpos as apresenta em conformidade com as normas de cada contexto.

Esta *montagem* via a negociação dos insumos de prevenção e sob o reflexo do discurso preventivo evidencia seu caráter protético, além de uma *montagem* institucional que segue preceitos biomédicos e a manutenção do foco em uma frágil tentativa de controle dos corpos. Vistas em um sentido mais amplo, as conseqüências subjetivas disso são evidentes nas dúvidas ou mudanças freqüentes na forma como se compreendem e no trânsito intensificado entre os pólos masculino e feminino, ou seja, na forma como atendem e/ou resistem às demandas institucionais e culturais de conformação a padrões hegemônicos.

Curiosamente, o resultado do encontro entre as demandas sociais de enquadramento e seus desejos fora das normas não é a negação das experiências travestis, antes sua transformação e mistura com outras expressões de gênero e sexualidade. As tentativas de controle e conformação de seus corpos não conseguem apagar seu desejo, o qual se expressa em uma fluidez de gênero e no deslizar de seus corpos da maioria das tentativas de enquadrá-los em identidades fixas e modelares.

Referenciais Bibliográficos

BECKER, Daniel. *O que é adolescência*. (Coleção Primeiros Passos, 78). São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

BENEDETTI, Marcos R. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2000.

BÖER, Alexandre (Org). *Construindo Igualdade – A história da prostituição de travestis em porto Alegre*. Porto Alegre: Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, 2003.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. “Subvertendo o conceito de adolescência” In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, vol. 57, n. 1, 2005. pp. 2-11. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>

DELEUZE, Gilles. & GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 3 Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. pp. 83-115.

DUQUE, Tiago. *Montadas para toda a vida? O uso do silicone líquido na construção da identidade travesti*. Campinas: Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Trabalho de Conclusão de Curso), 2005.

FELIPE, Jane. “Afinal, quem é mesmo pedófilo?” In: *Cadernos Pagu*, vol. 26, 2006. pp.201-223.

FRANGELLA, Simone Miziara. “Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua”. In: *Cadernos Pagu*, vol. 14, 2000. pp.201-234.

GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. pp. 307-342.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa. “Aquele não mais obscuro negócio do desejo”. In: Perlongher, Néstor. *O Negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2008.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. Tese de Doutorado. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

_____ & MISKOLCI, Richard. *A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes*. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, v. 1, p. 104-124, 2009.

PERES, Wilian Siqueira. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em saúde coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Dissertação de Doutorado) 2005.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê – Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O Que é Aids*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

PRECIADO, Beatriz. *Basura y género. Mear/cagar. Masculino/feminino*. 2006. Disponível em: http://www.eutsi.org/kea/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=46. Acesso em: 20 de set. 2008.

_____. *Manifiesto contra-sexual*, Madrid, Opera Prima. 2002.

SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WARNER, Michael. *The trouble with normal. Sex, politics, and the ethics of queer life*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1999.

Documentos

BRASÍLIA. Programa Nacional de DST e aids. *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis*. Brasília, 2008.

CAMPINAS/SP. Comissão permanente de direitos da criança e do adolescente da Câmara Municipal. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2003.